

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tatiane da Silva Lima
Samanta Felisberto Teixeira (Orientadora)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior por meio das produções científicas disponíveis nos bancos de dados Oasisbr, Scielo, CAPES e BDTD. Os descritores utilizados para busca foram: transexua* e travesti*, com recortes de área e campo de conhecimento em educação. Os resultados obtidos apontam que, apesar de haver trabalhos que relacionam estudantes transexuais e travestis e educação, há poucas produções que discutem sobre as vivências dessas pessoas na educação superior.

Palavras-chave: Educação superior. Transexualidade. Travestilidade.

THE SCIENTIFIC PRODUCTION ON TRANSSEXUAL AND TRAVESTITE PEOPLE IN HIGHER EDUCATION

Abstract

This article aims to analyze the access and permanence of transsexual and transvestite students in higher education through the scientific productions available in the databases Oasisbr, Scielo, CAPES and BDTD. The descriptors used to search were: transsexual * and transvestite *, with clippings of area and field of knowledge in education. The results show that, although there are studies that relate transsexual and transvestite students and education, there are few productions that discuss the experiences of these people in higher education.

Keywords: Higher education. Transsexuality. Travestility.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior por meio das produções científicas disponíveis nos bancos de dados Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Para a realização do trabalho, o problema que norteou esta pesquisa configura-se da seguinte forma: O que se tem discutido sobre o acesso e a permanência de transexuais e travestis na educação superior? Uma vez que, no tocante às vivências de transexuais e travestis, estas pessoas podem ser desrespeitadas e excluídas em diversos espaços sociais, então, para que consigam concluir o período de escolaridade obrigatória e ter acesso à educação superior, é preciso que resistam quando há situações de violências e de desrespeito por suas identidades de gênero (SANTOS, 2015).

Destacamos os conceitos de gênero, transexualidade e travestilidade para discernir quem são as/os estudantes transexuais e travestis, uma vez que estas pessoas têm vivências específicas. Conceituar gênero é o prelúdio para que possamos distinguir as identidades transexual e travesti. Segundo Bento (2004), o gênero só existe na prática, mediante interpretações sobre o feminino e o masculino estabelecidos como normas na sociedade, ou seja, a estética, o ato de colocar roupa, escolher cor, acessórios, corte de cabelo, fazem o gênero.

Na compreensão de Jesus (2012), a transexualidade e a travestilidade estão associadas à identidade de gênero, e esta é considerada uma construção social, não sendo definida a partir do biológico ou da orientação sexual. É a autopercepção que importa, independente de ter pênis ou vulva, é a forma como a pessoa se expressa socialmente que define seu gênero.

Como afirma a autora, as pessoas transexuais e travestis possuem uma identidade de gênero oposta ao sexo que lhes foi designado ao nascer, isto é, se reconhecem como mulheres/travestis, mas foram designadas homens ao nascer por terem pênis, ou se reconhecem como homens, mas foram designadas mulheres ao nascer por terem vulva (JESUS, 2012).

As pessoas que foram designadas homens ao nascer por terem pênis, mas não se identificam como tal, podem se reconhecer como mulheres, mulheres transexuais, ou apenas travestis, cujo termo “[...] é antigo, muito anterior ao conceito de ‘transexual’ e, por isso muito, mais utilizado e consolidado em nossa linguagem” (JESUS, 2012, p. 16). Recentemente, o termo transexual está se consolidando e pessoas têm se autoidentificado com este conceito.

Segundo Benedetti (2005), o reconhecimento transexual ou travesti não está relacionado a classificações e/ou categorizações de como deve ser uma pessoa transexual ou travesti, pois, não há diferenças físicas ou psicológicas entre as duas identidades,

As múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras, pois estas, ao tornar equivalentes visões de mundo e identidades às vezes até antagônicas, podem ser arbitrárias. (BENEDETTI, 2005, p. 17).

Segundo o autor, a definição e o reconhecimento sobre a identidade de gênero é construída a partir das vivências pessoais e visões de sociedade. As modificações estéticas e o processo transexualizador¹ também são decisões particulares, isto é, não são mudanças obrigatórias, pois há muitos princípios que interferem nestas questões, tais como os recursos financeiros, o medo do preconceito, a aceitação da família e até mesmo a própria vontade.

Neste estudo não temos pretensão de fazer classificações ou categorizações de como ‘deve ser’ uma pessoa transexual ou travesti. Apenas visamos respeitar a singularidade dos termos² elucidando que existem tais identificações, seja por historicidade ou autopercepção, sem perpetuar a invisibilidade dessas identidades.

Este artigo está organizado em duas partes além da introdução e das considerações finais. Na primeira, denominada 'Contextualização', apresentamos o contexto de transexuais e travestis na educação. Na segunda parte, denominada 'Acesso e permanência de transexuais e travestis na educação superior: o que apontam as produções científicas' descrevemos nosso mapeamento e análises das produções encontradas. Por fim, temos as considerações finais.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste item elucidamos o contexto de transexuais e travestis na educação para que possamos compreender porque estudamos sobre o acesso e a permanência dessas pessoas na educação superior.

O Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam pessoas transexuais e travestis no mundo, e a expectativa de vida desta população é de 35 anos de

¹ “Processo pelo qual a pessoa passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.” (JESUS, 2012, p. 30).

² O termo transgênero não será utilizado em nossa produção por ser considerado um conceito guarda-chuva, que abrange tanto a transexualidade quanto a travestilidade (JESUS, 2012).

idade³. Quando conseguem sobreviver, transexuais e travestis podem ter seus direitos violados e sofrerem violências, desde ameaças a agressões físicas, em consequência de percepções negativas e preconceito sobre suas identidades de gênero (JESUS, 2012).

Em razão do preconceito, essas pessoas podem ser excluídas socialmente, sendo expulsas de casa, da escola e do mercado de trabalho, restando-lhes a prostituição como o único lugar consentido pela sociedade, como uma das únicas alternativas de fonte de renda (SANTOS, 2016). Essa exclusão social que nos referimos, é alusiva ao ato de colocar à margem um determinado grupo social quando suas diferenças não são aceitas e, por vezes, não são toleradas. (BURSZTYN, 2003).

Além do direito à vida, o direito à educação é um dos principais direitos violados. Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito à educação é responsabilidade dos pais e do Estado⁴, no entanto, transexuais e travestis, ao reconhecerem suas identidades de gênero, podem ser rejeitadas/os pela família e hostilizadas/os na escola ao serem proibidas de usar o banheiro de acordo com seu gênero, serem desrespeitadas/os pelas/os professoras/es em relação ao nome social e serem ofendidas por colegas de sala (ACOSTA, 2016).

Quando transexuais e travestis são expulsas de casa, a probabilidade de evadirem do ambiente escolar é maior devido à falta de apoio familiar,

[...] Se as famílias as aceitassem, possivelmente teriam melhores condições de sobrevivência por conta de um maior investimento em suas vidas escolares melhorando, assim, suas qualificações profissionais, estando melhor preparadas para o mercado de trabalho e, acima de tudo, escolarizadas (ACOSTA, 2016, p. 47).

Corroborando o autor, sem o apoio da família e evadidas da escola, além de terem que procurar emprego para sobreviver, transexuais e travestis podem ter dificuldade em melhorar as qualificações profissionais e dificilmente ingressam na educação superior.

Dessa maneira, diante dos obstáculos enfrentados por estudantes transexuais e travestis, os debates sobre gênero e sexualidade têm ganhado visibilidade social e política desde o início dos anos 2000, em virtude dos movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros terem reivindicado ações governamentais que promovam a equidade e respeito às identidades de gênero.

³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-de-transexuais-e-travestis-e-a-maior-em-dez-anos>> Acesso em: 19 de julho de 2018.

⁴ Segundo o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

As ações Programa Brasil sem Homofobia (2004)⁵, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009)⁶ e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (2009)⁷, foram decorrências desse processo de transformação da sociedade, em que as políticas são promulgadas e efetivadas em ações a partir da luta política dos movimentos sociais (ALVES; MOREIRA, 2015).

Estas ações governamentais dão base para a efetivação de outras políticas advindas de necessidades específicas de estudantes transexuais e travestis, como exemplo as resoluções referentes ao uso do nome social em instituições de ensino. Em 2008, Belo Horizonte foi a primeira cidade a aprovar no Conselho Municipal de Educação uma normativa para legitimar o uso do nome social na escola. Desde então, normativas semelhantes têm sido implementadas em outros lugares do Brasil (ALVES; MOREIRA, 2015).

Em relação às universidades, quando a Universidade Federal do Amapá desenvolveu uma resolução interna em 2009, outras instituições também começaram a desenvolver documentos dispendo sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidores. Atualmente, de 63 universidades federais, em média, 50 têm resoluções internas a respeito do uso do nome social por estudantes e servidoras/es administrativas/os⁸.

Outra política advinda dessas necessidades específicas é a Resolução Federal Nº 12, efetivada em 2015 e elaborada pelo Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD LGBT), que estabelece parâmetros referentes à opção de uso do nome social em formulários e sistemas de informação, além de inscrição, avaliação, ficha de presença e similares, em escolas e universidades, tanto públicas quanto particulares, para garantir as condições de acesso e

⁵ O Programa Brasil sem Homofobia foi elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e publicado pelo Ministério da Saúde em 2004. Apresenta como objetivo promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação, e é resultado de uma articulação entre representantes do movimento LGBT e o Governo Federal. (BRASIL, 2004).

⁶ O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, publicado em 2009, foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e tem como objetivos: “Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal; Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência; Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.” (BRASIL, 2009, p. 10).

⁷ O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado em 2009, foi desenvolvido por meio de conferências nacionais e regionais, e inclui “[...] propostas aprovadas em cerca de 50 conferências nacionais temáticas realizadas desde 2003 sobre igualdade racial, direitos da mulher, segurança, cidades, meio ambiente, saúde, educação, juventude, cultura etc.” (BRASIL, 2009, p. 18).

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

permanência de transexuais e travestis nos sistemas e nas instituições de ensino (BRASIL, 2015).

No entanto, mesmo com o avanço destas políticas de reconhecimento da população transexual e travesti, desde 2014, iniciativas de exclusão também tem se consolidado, como exemplo a retirada de questões relacionadas à diversidade e igualdade de gênero em alguns Planos de Educação municipais e estaduais, que vetam professoras/es de discutir e trabalhar estas questões no âmbito escolar. Dessa maneira, a ausência dessas discussões pode contribuir na exclusão e violência contra transexuais e travestis (SCOTE, 2017), reforçando atitudes de preconceito que desencadeiam processos de abandono da educação superior por parte desse público.

2. ACESSO E PERMANÊNCIA DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O QUE APONTAM AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Para o mapeamento das produções, buscamos nos bancos de dados, Oasisbr, Scielo, CAPES e BDTD por artigos, teses e dissertações que discutem sobre o acesso e a permanência de transexuais e travestis na educação superior. Nos 04 bancos de dados há a possibilidade de pesquisar por autor/a, título e palavras-chave, para tanto, como o objetivo era buscar por todas as produções publicadas sobre nosso objeto de estudo, realizamos a pesquisa por meio dos descritores ‘transexua*’ e ‘travesti*’.

O uso do asterisco no final da palavra é necessário para a busca, pois engloba as palavras que estão no plural e as que terminam com –dade, bem como transexuais, travestis, transexualidade e travestilidade. Recorremos apenas a esses descritores para obtermos resultados que discutem especificamente sobre as pessoas do nosso estudo, considerando que se utilizássemos os descritores ‘acesso’, ‘permanência’ ou ‘educação superior’ teríamos como resultados muitas produções que destoam do nosso objeto.

Para realizar a pesquisa seguimos 03 etapas: Na primeira tivemos como objetivo selecionar produções que relacionam as/os estudantes transexuais e travestis e a educação. Desse modo, fizemos a seleção dos trabalhos com base nos títulos, resumos e palavras-chave. Acessamos os 04 bancos de dados, buscamos a partir dos descritores escolhidos, selecionamos 09 trabalhos⁹ que relacionavam as/os estudantes e a educação, fizemos os *downloads* e elaboramos o quadro 1, sistematizado abaixo.

⁹ Não foram selecionadas produções do banco de dados Scielo por não corresponderem à proposta da pesquisa.

Quadro 1 - Produções encontradas que apresentam questões relacionadas à transexuais e travestis e a educação.

Produção	Título	Autoras/es	Ano de publicação	IES	Banco de dados
Dissertação	Travestilidades e juventudes: conteúdos submersos no contexto escolar	Carina D. de Oliveira	2014	UNESP	CAPES
Dissertação	Memórias escolares dos sujeitos LGBTT: a escola como mediadora das identidades sexual e de gênero	Isabella T. Elian	2014	UFMG	CAPES
Artigo	Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização	Neil Franco e Graça A. Cicillini	2015	UFMT e UFU	CAPES
Dissertação	Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis	Maria Isabel Z. de Oliveira	2015	USP	BDTD
Tese	As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida	Francisco B. Duarte	2015	UFPA	BDTD
Dissertação	Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância	Tássio Acosta	2016	UFSCar	CAPES
Dissertação	A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014	José Antonio C. de Souza	2016	UTP	CAPES
Dissertação	Quando o 'estranho' resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar	Tiago Z. dos Santos	2016	UNISUL	CAPES
Dissertação	Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior	Fausto D. Scote	2017	UFSCar	OasisBR

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos das produções encontradas nos bancos de dados Oasisbr, CAPES e BDTD.

A maioria das pesquisas estabelecidas no quadro 1 discute sobre as vivências de estudantes transexuais e travestis apenas durante a educação básica. Como exemplo, a dissertação *Travestilidades e juventudes: conteúdos submersos no contexto escolar*, escrito por Oliveira (2014), que tem por objetivo compreender a trajetória de vida de uma travesti, sua permanência na escola, bem como, apontar as estratégias utilizadas para se manter em detrimento de outras que abandonaram esse espaço social.

Assim como na dissertação *Memórias escolares dos sujeitos LGBTT: a escola como mediadora das identidades sexual e de gênero*, em que Elian (2014) tem por objetivo investigar quais desafios homossexuais, transexuais e travestis enfrentam para concluir os estudos na educação básica, e como no artigo *Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização*, em que as/os autoras/es tem por objetivo investigar quais os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras travestis, transexuais e transgêneros brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na carreira docente.

Já na dissertação *Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância*, Acosta (2016) teve por objetivo investigar a trajetória escolar de travestis, analisando como a instituição escolar interagiu com suas diferentes formas de expressão de gênero no decorrer de suas vidas. Somente a dissertação ‘A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014’ que destoa desta discussão, dado que tem por objetivo compreender a trajetória das políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero no âmbito da educação no período analisado.

Destacamos também a diversidade de Instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas, somente a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar tem mais de um produto sobre o tema publicado, com duas dissertações a respeito do mesmo.

Após a leitura das produções presentes no quadro 1, seguimos para a segunda etapa da pesquisa, no qual tivemos como objetivo destacar as produções que fazem referência à educação superior, e elaboramos o quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Produções encontradas que relacionam transexuais e travestis e a educação superior.

Produção	Título	Autoras/es	Ano de publicação	IES	Banco de dados
Dissertação	Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis	Maria Isabel Z. de Oliveira	2015	USP	BDTD
Tese	As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida	Francisco B. Duarte	2015	UFPA	BDTD
Dissertação	Quando o 'estranho' resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar	Tiago Z. dos Santos	2016	UNISUL	CAPES
Dissertação	Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior	Fausto D. Scote	2017	UFSCar	OasisBR

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos das produções encontradas nos bancos de dados SciELO, Oasisbr, CAPES/MEC e BDTD.

Dentre as 04 produções descritas acima, 03 discutem brevemente sobre as vivências de estudantes transexuais e travestis na educação superior, visto que, 01 discute sobre as representações sociais de universitárias/os de sexualidades LGBT e as implicações deste percurso em seus projetos de vida, não focando no acesso e na permanência da universitária transexual entrevistada, 01 cita o direito à educação (em âmbito geral) ao elucidar as demandas por cidadania reivindicadas por transexuais e travestis, e 01 investiga a presença de uma professora transexual na educação básica, descrevendo brevemente sua vivência durante a graduação.

Contudo, como visamos destacar produções que dialogam diretamente sobre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, prosseguimos para a terceira etapa da pesquisa. Desta maneira, obtivemos como resultado 01 dissertação para análise. Convém destacar que, priorizamos expor as 03 etapas de seleção das produções, para evidenciar a diferença entre a quantidade de pesquisas referentes à educação básica e à educação superior de estudantes transexuais e travestis, destacando a produção científica sobre acesso e permanência destes estudantes, cujo quantitativo se expressa em uma dissertação.

A dissertação que selecionamos e nos propomos a analisar foi escrita por Fausto Scote e defendida em 2017, cujo título é: *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*. A pesquisa teve por objetivo investigar as condições de acesso e permanência de 06 mulheres transexuais e 01 homem transexual, de diferentes cidades, raças/etnias, classes sociais e tipos de universidade (pública ou privada) que frequentam.

Para o desenvolvimento desta investigação, o autor buscou entrevistar pessoas com as seguintes especificidades: pessoas que se identificam como travestis, homens e/ou mulheres transexuais; pessoas que frequentam/frequentaram universidades públicas e privadas; pessoas que se identificam étnico-racialmente de forma diferenciada, pessoas de origem socioeconômica distintas e pessoas que moram em capitais ou interior (SCOTE, 2017).

Por meio das entrevistas, o autor buscou compreender o que dificulta o acesso e permanência das/o estudantes na universidade, como constroem suas experiências de transexualidades dentro da comunidade universitária, e que movimentos incitam no interior das universidades para modificar o histórico de negação das existências transexuais. Para olhar com mais afinco as narrativas das/os estudantes entrevistadas/os, o autor se fundamenta na perspectiva pós-estruturalista em consonância com os estudos *queer*.

O referencial teórico metodológico é explicitado como um processo de elaboração do conhecimento que conduz os movimentos de investigação, sinalizando as possibilidades de se chegar a uma lógica entre o método, análise e resultados (OSÓRIO, 2011), à vista disso, Scote (2017) utiliza como referencial teórico metodológico a perspectiva pós-estruturalista em consonância com os estudos *queer*, por considerar que esta “[...] fornece ferramentas conceituais e teóricas para desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva masculinista e heterossexual” (SCOTE, 2017, p. 35).

Scote (2017), fundamentado pela perspectiva pós-estruturalista em consonância com os estudos *queer*, reconhece que a identidade do sujeito é fluída, maleável e flexível, que a heterossexualidade, não é considerada algo natural, dado que sua concepção existencial abarca

bases culturais e políticas, e que as populações trans constroem identidades performaticamente a partir de suas expressões de gênero. Dessa maneira, o autor compreende que há a necessidade de uma observação diferenciada nas narrativas, para abarcar a subjetividade dos indivíduos e os processos sociais normalizadores.

O autor principia a dissertação com os conceitos de gênero, sexo, sexualidade e transexualidade, utilizando as/os autoras/es Joan Scott (1995), Teresa de Laurentis (1994), Michel Foucault (2014), Berenice Bento (2014), André Oliveira (2015) e Judith Butler (2000), para destacar suas contextualizações e diferenças na constituição dos discursos formalizados socialmente através da história, de forma que a/o leitora/or entenda que as identidades transexuais e travestis podem ser vistas como ameaça aos padrões construídos pela sociedade, fazendo com que sofram humilhações e violências.

Por esta razão, Scote (2017) reconhece que para transexuais e travestis a escolarização é um direito muitas vezes negado. No entanto, as políticas públicas de uso do nome social em instituições de ensino têm contribuído no acesso à educação,

[...] a legalização e obrigatoriedade do uso do nome social em diversos contextos tornaram-se um dos elementos contribuintes para a ampliação e principalmente ao acesso dessa população a diversas instituições. A possibilidade de ingresso nas instituições ensino superior, com a utilização do nome social no exame do ENEM, caminha neste mesmo sentido (SCOTE, 2017, p. 92).

A partir das narrativas das/o entrevistadas/o, os resultados que o autor obteve apontam que o acesso das/o estudantes à universidade tem sido facilitado pelas conquistas dos movimentos sociais, tais como a efetivação das políticas do direito ao uso do nome social, e as políticas de inclusão referente ao acesso de minorias étnicas e raciais de baixa renda em universidades públicas e privadas, como o PROUNI¹⁰,

A crescente demanda por educação superior tem resultado num grande incremento de matrículas e, obviamente, de tipos diversificados de instituições. De um lado, esse fenômeno da expansão dos sistemas superiores, especialmente no que se refere ao acolhimento de importantes segmentos da população tradicionalmente excluída, corresponde a um legítimo projeto que busca diminuir, ainda que de forma muito restrita, as desigualdades sociais. Com isso ganham os indivíduos incluídos, que se beneficiam da educação para seu crescimento pessoal e uma inserção mais favorável no mundo do trabalho; e ganha à sociedade, que passa a incorporar mais gente com maior capacidade de participar construtivamente nas esferas públicas da vida social e política e nos âmbitos profissionais e econômicos da produção e do consumo. (SOBRINHO, 2013, p. 116 apud SCOTE, 2017, p. 100).

¹⁰ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi instituído em 2005 com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais ou parciais (100% e/ou 50%) a estudantes de baixa renda, em instituições privadas de educação superior.

Segundo o autor, com a crescente demanda por educação superior, o fenômeno da expansão dos sistemas superiores teve por objetivo diminuir as desigualdades sociais ao acolher segmentos da população tradicionalmente excluída, desta maneira, as políticas de inclusão que foram desenvolvidas, facilitaram também o acesso de transexuais e travestis oriundos/as de famílias de baixa renda. Os projetos sociais, como os cursinhos preparatórios voltados a transexuais e travestis, também foram fundamentais no acesso e ingresso à educação superior,

[...] Além do projeto Transcidadania, realizado pela prefeitura de São Paulo desde 2015, existem ao menos sete cursinhos preparatórios, com pouco ou nenhum apoio por parte do poder público em outras capitais, organizados por ONGs voltadas à escolarização nos vários níveis desta mesma população. São eles o Educa Trans - que oferece curso de alfabetização no município de São Paulo; - Coletivo Transformação (São Paulo), Trans Enem (Belo Horizonte e Porto Alegre), Transviando o Enem (Salvador), e Prepara Trans Goiás (Goiânia) - todos oferecendo cursinhos preparatórios específicos para travestis e transexuais para a realização do ENEM; - Prepara, Nem! (Rio de Janeiro) - que além do cursinho preparatório ainda acolhe na sua casa sede, travestis e transexuais que se encontram em situação de rua ou que não possuem condições para pagar um aluguel (BOECKEL, 2016 apud SCOTE, 2017, p. 92).

No entanto, facultar o acesso não assegura a permanência. Nas entrevistas realizadas pelo autor, foram relatadas dificuldades financeiras referentes ao pagamento de matrícula e mensalidades, acesso à moradia estudantil e a bolsas de auxílio alimentação. A dificuldade em utilizar o banheiro segundo o gênero de identificação e o desrespeito por parte de docentes e funcionárias/os, por não saberem lidar com pessoas transexuais e travestis, também são questões presentes na vivência destas/e estudantes,

[...] é importante e necessário debater e discutir questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade em todos os âmbitos educacionais, que vão desde o ensino fundamental, passando pelo médio e continuando no universitário, pois é notório que o preconceito e a discriminação são gerados pela ausência de compreensão da diversidade de corpos e expressões de gênero principalmente nestes ambientes, de maneira menos 'visível' nas universidades. Assim, de nada adianta termos planos nacionais mundialmente respeitados e tidos como modelo de políticas públicas e municipais se estes só existirem 'no papel'. É necessário tornar esse debate amplo e criar meios de desenvolver ações que possam concretamente transformam a realidade e tornar a aceitação e respeito para com as pessoas travestis e transexuais reais (SCOTE, 2017, p. 124).

Para Scote (2017), mesmo que existam políticas públicas sobre a garantia e respeito às identidades de gênero e o uso do nome social, debates sobre gênero e sexualidade devem ocorrer desde o ensino fundamental à educação superior, considerando que o preconceito é gerado justamente pela ausência destas discussões e compreensão das diferenças. No âmbito universitário, os debates também podem ocorrer a partir dos movimentos sociais.

Segundo o autor, “[...] para além das conquistas sociais obtidas em uma esfera macro, sem dúvida alguma a militância trans nos espaços universitários coloca-se como uma necessidade premente para sua transformação em ambientes mais inclusivos para os segmentos trans” (SCOTE, 2017, p. 125). Dessa forma, os movimentos sociais nos espaços universitários podem contribuir na mudança do ambiente, como também contribuem no acolhimento de estudantes transexuais e travestis,

O exercício da militância no contexto universitário surge como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento no interior destas, uma vez que permite a transição de uma política feita ‘pelo/a’ outro/a em uma política construída ‘com’ o/a outro/a. A participação das pessoas trans é essencial na construção de ações que ampliem a visibilidade e debates sobre questões relacionadas à população LGBT (SCOTE, 2017, p. 126).

Scote (2017) reconhece a necessidade de diálogo entre as/os gestoras/es e docentes do contexto universitário e a militância trans no que diz respeito às ações coletivas e políticas inclusivas no interior da universidade, visto que, a participação de transexuais e travestis é fundamental para a visibilidade de suas demandas, que podem ser desconhecidas pela grande maioria das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar produções científicas disponíveis nos bancos de dados Oasisbr, Scielo, CAPES e BDTD que discutam sobre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. Ao realizarmos o mapeamento e, posteriormente, a leitura das produções, obtivemos como resultado 01 dissertação sobre o tema, realizada na UFSCar em 2017.

Na primeira etapa da pesquisa, com o objetivo de selecionar produções que relacionam as/os estudantes transexuais e travestis e a educação, destacamos 09 produções. Dentre essas, para a segunda etapa separamos 04 produções que citavam a educação superior, então, na terceira etapa destacamos a dissertação analisada.

Distinguimos e evidenciamos as 03 etapas de seleção porque, ainda que só tenhamos encontrado 01 dissertação que discuta sobre nosso objeto, as outras produções também são importantes para conhecer o contexto social e histórico de transexuais travestis, sobretudo, ao observarmos os anos de publicações, podemos relacioná-los com as discussões sobre gênero e sexualidade terem ganhado visibilidade, seja com o avanço de políticas específicas quanto com as iniciativas de exclusão.

De acordo com a primeira etapa da pesquisa, as produções referentes ao tema proposto tiveram início a partir de 2014, com um crescimento significativo no ano de 2016. Concomitantemente, em 2014 houve a retirada de questões relacionadas à diversidade e igualdade de gênero em alguns Planos de Educação municipais e estaduais, e em 2015 foi efetivada a Resolução N° 12, que visa garantir condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais em instituições de ensino.

À vista disso, consideramos que este estudo sobre as produções contribui para uma compreensão embasada em análises com rigor científico, uma vez que o mapeamento e a leitura das produções, que abordam as/os referidos estudantes na educação, viabilizam a compreensão dos contextos históricos, além dos processos de exclusão social e negação de direitos que transexuais e travestis podem sofrer ainda na educação básica, dificultando assim o acesso à educação superior.

O tema analisado se constitui como produção científica e é possível afirmar que o acesso e permanência de estudantes transexuais travestis na educação superior ainda é pouco investigado. Mesmo com produções importantes a respeito do tema mais amplo: educação e transexuais e travestis, a educação superior e o acesso e permanência desse grupo permanece na invisibilidade científica, com apenas uma dissertação a respeito do tema específico.

Concluimos que atualmente há poucas pesquisas sobre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, destacando que ainda é uma pequena parcela desse grupo que tem conseguido concluir a educação básica e ingressar em uma universidade. Considerando o movimento histórico e as lutas dos movimentos sociais, esta realidade está se transformando, contudo, ainda reiteramos a necessidade de estudos sobre políticas destinadas ao acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Tássio. **Morrer para nascer travesti**: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba/SP, 2016.

ALVES E MOREIRA, Cláudio Eduardo Resende e Maria Ignez Costa. **Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras**. Belo Horizonte – MG, 2015. p. 59 – 69.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2005. 144p.

BENTO, Berenice. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). **Sexualidade e saberes: convicções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 143 – 172.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 de jul. de 2018.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Resolução Nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>> Acesso em: 05 de jul. de 2018.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARTA CAPITAL. **Taxa de homicídios de transexuais e travestis é a maior em dez anos**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/taxa-de-homicidios-de-transexuais-e-travestis-e-a-maior-em-dez-anos>> Acesso em: 15 de jul. de 2018.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. Tese de doutorado (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos**. Brasília – DF, 2012. 40p.

LEWER, Laura. **13 universidades federais não têm resolução para uso do nome social**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>>. Acesso em: 19 de jul. de 2018.

MARINHO, Silvana. Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho? **Revista O social em questão**. n. 38, mai./ago. 2017, p. 111 – 132.

OLIVEIRA, Maria Izabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do estado: Educação, saúde e violência contra travestis**. Dissertação de mestrado (Mestrado em antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2015.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Pesquisa educacional: tendências e perspectivas**. Campo Grande – MS: Life editora, 2011, v. 1, 160p.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em educação: o ensino superior em música como objeto. **Revista Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013, p. 221 – 233.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7, 2004, p. 17 – 30.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o 'estranho' resolve se aproximar: A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão/SC, 2016.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior**. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba/SP, 2017.